

DIAGNÓSTICO DE LACUNAS DA DOCUMENTAÇÃO ARQUEOLÓGICA E SEU IMPACTO NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO

Luciana Messeder Ballardo*

Elizabete de Castro Mendonça**

Resumo

Esta pesquisa integra a investigação de doutorado denominada *Gestão de coleções arqueológicas musealizadas: dos métodos de campo à documentação museológica*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e ao Museu de Astronomia e Ciências Afins (PPGMUS-UNIRIO/MAST), e busca identificar as lacunas procedentes da documentação arqueológica que resultam em problemas na gestão do patrimônio. O trabalho fundamenta-se na análise da documentação arqueológica, visando a considerar e determinar a existência de hiatos que podem dificultar o gerenciamento das coleções. Para esse fim, é empregada a abordagem indutiva das pesquisas de Arqueologia Preventiva realizadas na capital do Rio Grande do Sul no período de 2008 a 2017 que resultaram em coleções depositadas no Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, órgão da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre. Como resultado prévio, a presença de investigação preliminar em aspectos históricos, geológicos e arqueológicos sobre a área onde são desenvolvidas as pesquisas arqueológicas ampara as decisões realizadas durante o processo de intervenção, assim como o exame e a compreensão dos dados coletados. Dessa maneira, constata-se que a realização de pesquisa anterior à intervenção arqueológica é essencial não apenas na detecção de potencial arqueológico, inclusive sítios arqueológicos, mas também na coleta e organização dos dados registrados na documentação arqueológica que resultam em fonte de conhecimento na gestão do patrimônio.

Palavras-chave: Arqueologia; documentação; patrimônio; gestão.

* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Avenida Pasteur, 458, Urca, Rio de Janeiro, RJ / Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rua General Bruce, 586, Vasco da Gama, Rio de Janeiro, RJ / Universidade Federal da Bahia, Estrada de São Lázaro, s/n, Federação, Salvador, BA; lmb@ufba.br. Discente do doutorado da pós-graduação em Museologia e Patrimônio (UNIRIO-MAST) e docente do Departamento de Museologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Avenida Pasteur, 458, Urca, Rio de Janeiro, RJ; elizabete.mendonca@unirio.br. Docente do Departamento de Estudos e Processos Museológicos (DEPM/UNIRIO) e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS/UNIRIO-MAST); Coordenadora do Núcleo Multidimensional de Gestão do Patrimônio e de Documentação em Museus (NUGEP/UNIRIO).

Introdução

Na última década, propostas¹ de soluções instrumentais relacionadas à gestão e documentação do patrimônio arqueológico² têm sido desenvolvidas em âmbito acadêmico na busca de um diálogo interdisciplinar entre a Arqueologia e a Museologia, principalmente no que concerne à gestão de coleções³. Apesar da compreensão de que essas proposições são contribuições positivas nas discussões sobre o tema, o diagnóstico das lacunas⁴ na documentação arqueológica⁵ pode colaborar em sentido mais amplo para a identificação da repercussão dessas falhas para a gestão do patrimônio arqueológico.

A partir da análise indutiva da documentação arqueológica das coleções ingressadas no Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo no período de 2008 a 2017, com o propósito de detectar faltas antes, depois ou ao longo das atividades desenvolvidas nas intervenções⁶ de campo, foram observados aspectos relativos a dados históricos, pesquisas arqueológicas anteriores e caminhos trilhados durante as intervenções, assim como os dados coletados e analisados no laboratório.

A identificação da ausência de dados na documentação arqueológica e dos impactos que isso pode causar na gestão do patrimônio é relevante, pois as informações podem auxiliar a identificação de sítios e áreas de ocorrências, bem como a sistematização dos registros arqueológicos.

¹ Entre elas estão Bottallo, 1998; Afonso & Piedade & Morais, 1999; Costa, 2007; Ballardo & Milder, 2016; Bandeira, 2016.

² A Carta de Lausanne define patrimônio arqueológico como “a parte do nosso patrimônio material para a qual os métodos da Arqueologia fornecem os conhecimentos de base. Engloba todos os vestígios da existência humana e diz respeito aos locais onde foram exercidas quaisquer atividades humanas, às estruturas e aos vestígios abandonados de todos os tipos, à superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como aos materiais que lhes estejam associados” (ICOMOS, 1990). No entanto, é importante considerar, de acordo com Funari (2006, p. 15), que “[...] a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas [...]”, da qual os estudos arqueológicos se ocupam, é “[...] parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico”.

³ Segundo Ladkin (2004, p. 17), esse é o “termo aplicado aos vários métodos legais, éticos, técnicos e práticos pelos quais as coleções do museu são formadas, organizadas, recolhidas, interpretadas e preservadas”.

⁴ Segundo Zanni, Lučić e Rosa (2019), essas lacunas estão relacionadas à ausência das fontes de informação que compõem a documentação do patrimônio arqueológico: pesquisas arqueológicas publicadas anteriormente, mapas históricos e modernos, análise por sensoriamento remoto (sempre que possível), análises espaciais pelo sistema de informação geográfica (SIG), fontes históricas escritas e pesquisa arqueológica de superfície.

⁵ Sullivan e Childs (2003) entendem como documentação do patrimônio arqueológico o conjunto de registro gerado antes, ao longo e depois de um projeto: formulários e anotações de campo e de laboratório, bancos de dados, mapas, fotografias, vídeos, áudios, resultados de análise preliminar, resultados de análises científicas, administrativas e registros legais, assim como relatórios preliminares e finais e artigos publicados.

⁶ Termo associado a qualquer atividade arqueológica realizada em campo: o monitoramento de uma obra, uma prospecção para análise inicial do potencial arqueológico de um local ou o salvamento do patrimônio arqueológico.

Nessa perspectiva, foram levantados os dados relativos à documentação arqueológica dos doze projetos de Arqueologia Preventiva⁷ vinculados ao Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo no período de 2008 a 2017, desenvolvidos em onze sítios arqueológicos da cidade, todos denominados com a sigla RS.JA⁸, depositada junto com as coleções.

Lacunas na documentação arqueológica

Geralmente, a Arqueologia é associada mais diretamente à realização de intervenções de campo, mas por trás desse trabalho existe um conjunto ações desenvolvidas antes e depois dessas atividades cujos registros devem ser detalhados e depositados junto com o material arqueológico recolhido. Em outras palavras, “field archaeology is, not surprisingly, what archaeologists do in the field. However, it also has a considerable pre-field element and an even more considerable post-field element” (DREWETT, 1999, p. 3).

Durante a pesquisa realizada nas coleções do Museu Joaquim Felizardo, três fatores foram detectados como fontes de hiatos na documentação arqueológica: a falta de clareza relacionada a metas e objetivos da própria pesquisa, dissociada daqueles relacionados ao monitoramento do empreendimento; a dificuldade em perceber que a pesquisa arqueológica deve ser incluída na sequência de ocupação do sítio arqueológico; a ausência de inteligibilidade de que a gestão do patrimônio é uma ação interdisciplinar cujos registros arqueológicos são fontes de informação basilar e devem ser acessíveis para os distintos profissionais que participam do processo.

Considerando a pesquisa arqueológica dentro do projeto como um todo, pode parecer que a Arqueologia Preventiva é uma parte tão ínfima do trabalho que não necessita proposição específica. Mas multiplicar pequenos projetos por centenas ou milhares de empreendimentos anualmente resulta em uma parte considerável de pesquisa arqueológica. Em vista disso, o projeto de pesquisa deve refletir um conjunto de metas, ou seja, a contextualização da pesquisa arqueológica (BLACK; JOLLY, 2003).

⁷ Também conhecida como Arqueologia de Contrato, ou ainda Arqueologia de Salvamento, é definida “como o conjunto de atividades” com o objetivo de impedir ou reduzir os prejuízos “das obras públicas ou privadas no patrimônio arqueológico” (DÍAZ; FERNÁNDEZ, 2013). Segundo Caldarelli e Cândido (2017, p. 190), “procedimentos preventivos, no que concerne à Arqueologia, foram objeto de cartas e documentos similares de proteção internacional ao patrimônio arqueológico, aprovadas e divulgadas entre e pelas nações signatárias desses documentos, destacando-se as abaixo referidas:

- Carta Internacional sobre a Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico, Lausanne, ICAHM/ICOMOS/UNESCO, 1990;
- Convenção Europeia para a Proteção do Patrimônio Arqueológico, União Europeia, Valetta, 1992”.

⁸ A sigla RS-JA refere-se, respectivamente, ao Rio Grande do Sul e à Bacia do Rio Jacuí.

Nesse sentido, as coleções arqueológicas analisadas mostraram que os projetos desenvolvidos em oito sítios, RS.JA-10, RS.JA-16, RS.JA-71, RS.JA-74, RS.JA-80, RS.JA-81, RS.JA-82 e RS.JA-85, possuíam metas definidas para alcançar os objetivos que foram identificados e desmembrados em três.

Quadro 1 - Identificação dos sítios arqueológicos e projetos de Arqueologia Preventiva que geraram coleções entre 2008 e 2017

SÍTIO		PROJETO	RESPON-SÁVEL	PORTARIA
SIGLA	NOME			
RS.JA-10	Praça Brigadeiro Sampaio	Plano de trabalho para monitoramento arqueológico junto à obra de instalação da linha de transmissão subterrânea 230KV, nas Praças Júlio Mesquita e Brigadeiro Sampaio, Centro Histórico de Porto Alegre/RS ⁹	Alberto de Oliveira; Fernanda Tocchetto (Portaria) ¹⁰	Nº 06 de 22/03/2010
		Salvamento arqueológico para duplicação da Av. João Goulart, Município de Porto Alegre/RS	Alberto de Oliveira	Nº 29 de 08/07/2013
RS.JA-11	Cemitério da Igreja Matriz	Monitoramento arqueológico nas obras de implantação de rede de drenagem pluvial e escavação para área estacionamento no terreno da Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre, sede da Cúria metropolitana-RS	Ângela Cappelletti	Nº 31 de 09/11/2012
RS.JA-16	Ponta do Arado	Diagnóstico arqueológico interventivo para o terreno do antigo Haras do Arado, Belém Novo – Município de Porto Alegre/RS	Alberto de Oliveira	Nº 62 de 21/11/2014
RS.JA-67	Travessa Venezianos–REDE DEP/PMPA	Pesquisa arqueológica e valorização do patrimônio material pré-histórico e histórico do Município de Porto Alegre, RS	A. Cappelletti; F. Tocchetto	Nº 247 de 29/08/2006
RS.JA-70	Igreja Nossa Sr ^a das Dores	Pesquisa arqueológica na Igreja Nossa Senhora das Dores, Município de Porto Alegre, RS	Kelly de Oliveira	Nº 03 de 02/02/2009
RS.JA-71	Chácara do Comendador Ferreira de Azevedo	Pesquisa arqueológica junto à obra de ampliação do Shopping Praia de Belas, Bairro menino Deus – Município de Porto Alegre/RS	Alberto de Oliveira	Nº 24 de 24/07/2008 e Nº 06 de 12/03/2012
RS.JA-74	Lomba do Pinheiro 2	Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação da adutora de interligação Belém Novo – Lomba do Sabão – Município de Porto Alegre/RS	Alberto de Oliveira	Nº 42 de 06/01/2009
RS.JA-80	Interceptor do Salso-Bolognesi-Moradas da Hípica	Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação do interceptor Arroio do Salso (DMAE) - Município de Porto Alegre/RS	Ângela Cappelletti	Nº 42 de 06/01/2009 e Nº 30 de 16/09/2011
RS.JA-81	Chácara de Marciano de Souza Rocha	Diagnóstico arqueológico interventivo e levantamento arqueológico intensivo para instalação do empreendimento Melnick Opala, Porto Alegre/RS	Alberto de Oliveira	Nº 45 de 20/09/2013
		Programa de salvamento arqueológico – MelnickEven Opala, Município de Porto Alegre/RS	KelliBisohim	Nº 66 de 19/12/2014

⁹ Esse é um subprojeto da Pesquisa arqueológica e valorização do patrimônio material pré-histórico e histórico do Município de Porto Alegre, RS, sob coordenação da arqueóloga Fernanda Tocchetto.

¹⁰ Instrumento normativo usado pelo IPHAN para autorizar pesquisa arqueológica atendendo as determinações da Lei Nº 3924 de 26/07/1961 e da Portaria Nº 07 do MINC/SPHAN de 01/12/1988.

RS.JA-82	Aterro da Fábrica Porcelanas Renner	Diagnóstico arqueológico interventivo e levantamento arqueológico intensivo para instalação do empreendimento Melnick Opala, Porto Alegre/RS	Alberto de Oliveira	Nº 45 de 20/09/2013
		Programa de salvamento arqueológico – Melnick Even Opala, Município de Porto Alegre/RS	Kelli Bisohim	Nº 66 de 19/12/2014
RS.JA-85	Arraial do Menino Deus-Rede Sulgás	Monitoramento arqueológico da obra para instalação da rede de distribuição de gás natural no bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS	Alberto de Oliveira	Nº 53 de 03/10/2014

Fonte: Adaptado de Porto Alegre, 2018.

Em cinco projetos, todos coordenados por Alberto Oliveira, o objetivo foi “estudar nos seus diferentes momentos o processo de ocupação” nos espaços onde estavam situados os sítios Praça Brigadeiro Sampaio (RS.JA-10)¹¹, Ponta do Arado (RS.JA-16) e Arraial do Menino Deus (RS.JA-85), e no terreno junto ao Passo da Mangueira, onde foram localizados os sítios Chácara de Marciano de Souza Rocha (RS.JA-81) e Aterro da Fábrica Porcelanas Renner (RS.JA-82) (TOCCHETTO & OLIVEIRA, 2012; OLIVEIRA, 2013, 2015, 2016).

Outros três projetos, nas áreas onde estão localizados os sítios arqueológicos Chácara do Comendador Ferreira de Azevedo (RS.JA-71) e Lomba do Pinheiro 2 (RS.JA-74), sob responsabilidade de Alberto Oliveira, e Interceptor do Salso-Bolognesi-Moradas da Hípica (RS.JA-80), sob coordenação de Ângela Cappelletti, tinham como objetivo principal a “proteção, a valorização e a interpretação do patrimônio pré-histórico e histórico potencialmente existente no local, através da localização, da identificação e da pesquisa de elementos materiais de ocupações pretéritas” (OLIVEIRA, 2009, 2011; CAPPELLETTI, 2012).

O projeto coordenado por Bisohim (2016) tinha o propósito de realizar o salvamento dos sítios RS.JA-81 e RS.JA-82, “identificados e cadastrados pelo arqueólogo Alberto Tavares de Oliveira durante as etapas de diagnóstico e prospecção arqueológica”, e por isso utilizou como referência a documentação arqueológica pré-campo realizada no projeto de diagnóstico.

Além disso, fontes históricas primárias como mapas, descrições de paisagens, fotografias aéreas e fotos históricas são documentos contundentes para localizar e identificar sítios. Da mesma forma, a história oral e as pesquisas relacionadas a tradições culturais também podem auxiliar a identificação de sítios arqueológicos ou áreas de potencial arqueológico (BALME; PATERSON, 2006, p. 402). Esses dois últimos procedimentos

¹¹ Nesse a coordenação foi conjugada com a arqueóloga Fernanda Tocchetto, conforme visto no Quadro 1.

foram utilizados pela equipe de Alberto Oliveira no RS.JA-16, cuja localização é um haras com extensa área e um histórico de várias ocupações, e mostraram-se satisfatórios.

Interessante notar que tanto os projetos cujo objetivo era analisar os diferentes momentos do processo de ocupação, ou seja, os contextos arqueológicos relacionados a distintos usos do espaço quanto os que estavam centrados no patrimônio material, como testemunhos das ocupações passadas, apresentaram na documentação arqueológica (JA-16, JA-71, JA-81, JA-82 e JA-85) fotos, plantas e mapas históricos, além de certidões de registros de imóveis, que não apenas auxiliam a identificação de áreas com potencial arqueológico alto, mas também delineiam o processo de ocupação realizado pela equipe de pesquisa (OLIVEIRA, 2009, 2012, 2013, 2015, 2016). Por outro lado, o trabalho direcionado apenas para o salvamento dos sítios arqueológicos (RS.JA-81 e RS.JA-82) foi realizado com base na intervenção de diagnóstico, mas sem desenvolver objetivos próprios, acarretando transtornos na sistematização final do material arqueológico (BISONHIM, 2016).

As pesquisas centradas no monitoramento de empreendimentos, como as realizadas no JA-11, no JA-67 e no JA-70, são marcadas ou pela total ausência de pesquisa pré-campo que direcione as atividades de campo e de análise e interpretação ou, ainda, no caso da pesquisa na Igreja das Dores, pela centralização nas fontes históricas de registros administrativos, sem registros gráficos, cuja existência é citada no relatório de pesquisa, sem a sua apresentação.

Drewett (1999) compreende que, além de objetivos, metas, métodos, recursos e interpretação de dados da pesquisa, informações concernentes à área de localização do projeto, com a inclusão de mapas e registros de propriedade e a identificação e análise das pesquisas arqueológicas anteriores, são importantes elementos que devem ser disponibilizados na documentação arqueológica e podem inclusive subsidiar outro dado relevante, que é o esboço da sequência de ocupação do sítio ou da região.

Primeiro, se a pesquisa arqueológica¹² não tiver metas e objetivos específicos além de monitorar o trabalho de engenharia, arquitetônico, de natureza similar ou de salvamento de um sítio, nem incluir análise espacial que auxilie a compreensão de cada contexto, relacionando-o não apenas a um momento estático de ocupação, mas também ao processo de transformação, seguramente a equipe de arqueologia não se empenhará por uma pesquisa prévia aprofundada da área (em caso de ela ser realizada), principalmente no que concerne a dados históricos.

¹² Principalmente no que concerne a Arqueologia de Contrato que é o foco desta pesquisa.

O segundo fator está implicitamente relacionado com o primeiro; trata-se das práticas de escavação compostas por cultura material que incluem as ferramentas usadas e as evidências encontradas dentro de um contexto temporal. Dessa forma os arqueólogos(as), para desenvolver suas pesquisas, que “sempre envolvem inferências sobre a sequência temporal”, interferem no espaço e, conseqüentemente, nas atividades humanas passadas. Os arqueólogos(as) acabam por “produzir padrões” em um sistema temporal, incluindo o trabalho arqueológico, como “agentes de temporalidade” que, ao mesmo tempo que se esforçam em conceituar as atividades humanas do passado, ocupam e modificam esse mesmo espaço (EDGEWORTH, 2003, p. 285).

O trabalho realizado em campo, por assim dizer, também pode ser considerado um processo de ocupação que, por um período específico, organiza, analisa, interpreta, coleta e, como resultado, modifica o espaço. No entanto, embora as equipes de pesquisa geralmente realizem um quantitativo de registros durante as intervenções, na maior parte das vezes, por não compreenderem esse trabalho como um tipo de ocupação, deixam de realizar o registro ou, pelo menos, de disponibilizá-lo de maneira mais minuciosa através de recursos e conhecimentos contemporâneos disponíveis e seguramente desconhecidos em ocupações em tempos pretéritos.

Os registros fotográficos durante o trabalho de campo são uma unanimidade. Embora sejam importantes estes dados visuais das atividades desenvolvidas na intervenção, o registro gráfico (como o esboço das quadrículas e setores escavados) da ocupação espacial realizada durante a pesquisa não apenas auxilia a visualização do contexto como um todo, mas também esclarece quais métodos foram aplicados e podem ser incluídos como parte da sequência de ocupação do sítio, facilitando a recuperação da informação em pesquisas posteriores.

Os projetos realizados nos sítios arqueológicos JA-10, JA-11, JA-16, JA-71 e JA-74 apresentaram mapas de localização de sondagens, prospecções e escavações, assim como croquis com as malhas de quadrícula e perfis estratigráficos, que, por assim dizer, formam uma rede de dados que colaboram para a descrição da ocupação da equipe de pesquisa, assim como para identificação do sistema numérico que relaciona o material coletado à sua localização no sítio (TOCCHETTO & OLIVEIRA, 2012; CAPPELLETTI, 2013; OLIVEIRA, 2009, 2011, 2016).

Por outro lado, outros projetos produziram uma documentação incompleta das atividades realizadas, cujos registros fornecem informações apenas da localização em sentido horizontal, como no sítio RS.JA-70 com o esquema da divisão de setores e malhas de

quadrículas (OLIVEIRA, 2009); os sítios RS.JA-81, RS.JA-82 (no projeto de diagnóstico e levantamento) e RS.JA-85 apresentam indicações mais amplas, com a planta do terreno contendo a sinalização da localização das intervenções (OLIVEIRA, 2013, 2015), enquanto o projeto de salvamento dos sítios JA-81 e JA-82 (BISONHIM, 2016) se centralizou em disponibilizar os dados sobre posições e contextualização das camadas (verticais) através de desenhos dos perfis estratigráficos. Por fim, para o sítio JA-67 (TOCCHETTO, 2008) há total ausência desse tipo de documentação.

O terceiro fator está direcionado para a falta de consciência do arqueólogo da importância de seu trabalho para a gestão de coleções arqueológicas. Isso fica claro ao analisar a inexistência de cursos de formação de profissionais da Arqueologia na área de curadoria e gestão de coleções, contribuindo para a percepção de que a preservação a longo prazo e os cuidados de coleções não são preocupações dos arqueólogos, mas responsabilidade de curadores ou gestores de coleções (SULLIVAN; CHILDS, 2013).

É essencial para a gestão do patrimônio arqueológico a clareza da vinculação entre os bens arqueológicos e a completa informação a eles associada, visto que há

um elo crucial entre as evidências e os dados sobre sua procedência, meios de obtenção, critérios utilizados para seu registro, classificação e conservação, o tratamento analítico que lhe foi dispensado e sua interpretação final, compondo uma cadeia de informações que lhe confere sentido. (LIMA, 2007, p. 18)

Os projetos centralizaram-se em relatar os dados quantitativos através de fichas e catálogos (RS.JA-10, JA-67, JA-71, JA-80, JA-81 e JA-82, os dois últimos no salvamento), por tabelas e gráficos (exceto JA-67, JA-80 e JA-85) e, principalmente, por informações visuais efetuadas durante as atividades de higienização, remontagem e registro do material recolhido, apresentadas em todos os trabalhos analisados.

Esse terceiro fator desencadeou a ausência de dados, principalmente os relacionados à interpretação final do material no que concerne ao objetivo central de compreender o processo de ocupação dessas áreas. Apenas os projetos JA-10, JA-16, JA-71, JA-74 e JA-85 apresentaram a análise de marcadores cronológicos nas atividades pós-campo, que auxiliaram a interpretação de contextos e organizações espaciais anteriores (TOCCHETTO & OLIVEIRA, 2012; OLIVEIRA, 2009, 2011, 2015).

A ausência desses dados avaliza a ideia de que o trabalho arqueológico é um “registro do material que precisa ser (passivamente) transcrito por arqueólogos” sem considerar as

interpretações e narrativas criadas “a partir de nada mais que sinais e gramática do discurso textual” (EDGEWORTH, 2003, p. 30).

Aprofundando essa reflexão, o trabalho interpretativo arqueológico não deve estar presente apenas na análise dos registros, mas perpassar todas as etapas de atividades, desde a inclusão de dados como mapas e plantas históricos e a forma como são analisados para a tomada de decisões durante as intervenções, até a elaboração de registros, que incluem as narrativas da equipe de pesquisa não apenas em seus cadernos de campo, mas também em relação a decisões de como e onde serão feitas as fotografias e a elaboração do perfil estratigráfico.

Impacto na gestão do patrimônio

Os três fatores analisados no tópico anterior estão estreitamente interligados por um elemento comum, principalmente no que concerne à Arqueologia Preventiva: o declínio da autonomia da pesquisa arqueológica, que está cada vez mais à mercê dos prazos e custos reduzidos, resultando em trabalhos centrados no monitoramento das atividades de Arquitetura, Engenharia ou outros tipos de empreendimentos e nos impactos que estes podem causar na preservação do patrimônio.

Quando os objetivos e metas de intervenção ultrapassam essa perspectiva, e estão concentrados na interpretação e narrativa dos contextos arqueológicos, isso se reflete na compreensão do trabalho arqueológico tanto no que diz respeito a sua inclusão no processo ocupacional da área pesquisada como a seu papel na própria gestão do patrimônio.

Isso se evidencia principalmente nos três sítios arqueológicos em que as três perspectivas foram atendidas e, dessa forma, se apresentou de maneira cabal a documentação arqueológica concernente à pesquisa histórica anterior, ao registro arqueológico de ocupação, principalmente o gráfico, e aos resultados interpretativos dos dados analisados no pós-campo.

No caso RS.JA-10 (TOCCHETTO; OLIVEIRA, 2012), mesmo se tratando de projeto de monitoramento, fotos e mapas históricos advindos de arquivos e bibliotecas deram perspectiva para a realização de prospecção dentro da área do empreendimento, ainda que não na área diretamente impactada. Isso possibilita, inclusive, um projeto futuro de salvamento com elementos que configuram a relevância da área “para o patrimônio arqueológico no Centro Histórico de Porto Alegre” em virtude das “inúmeras intervenções,

sobreposições de estruturas, complexa estratigrafia, grande quantidade de material descartado, elementos de diferentes momentos da história da cidade, entre outros” (OLIVEIRA, 2014, p. 93).

A figura 1 apresenta a planta de 1859 da Praça da Harmonia, parte do acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. A imagem identifica o formato quadrangular da praça e sua inclusão no espaço beirando o Rio Guaíba. A planta também aponta a configuração das construções na Rua Vasco Alves e do chafariz construído para “a distribuição de água à população da região” nesse mesmo ano. Esse espaço é atualmente conhecido como Praça Brigadeiro Sampaio e é denominado sítio arqueológico RS.JA-10 (TOCCHETTO; OLIVEIRA, 2012).

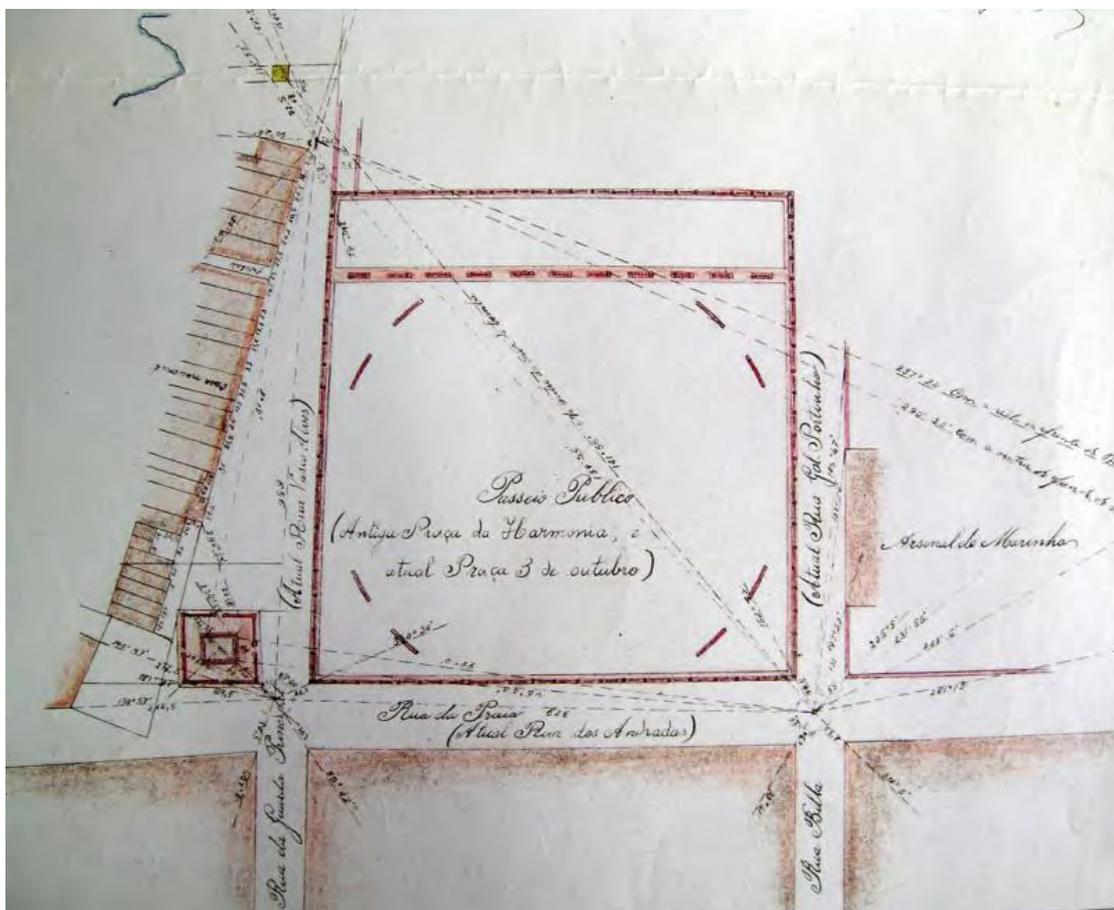


Figura 1 - Mapa com a identificação da Praça da Harmonia (1859), atual Praça Brigadeiro Sampaio, sítio RS.JA-10. **Fonte:** Tocchetto; Oliveira, 2012.

Além da identificação e localização de áreas com potencial arqueológico, as pesquisas pré-campo auxiliam as decisões relacionadas a metodologia de campo e a interpretação de diferentes contextos arqueológicos. Um bom exemplo disso é o projeto de diagnóstico

arqueológico interventivo para o terreno do antigo Haras do Arado, em Belém Novo, município de Porto Alegre/RS (RS.JA-16).

A partir de plantas históricas de 1896, 1939, 1956 e 1982 da região e da “sobreposição das plantas em imagens de satélite atuais da área do empreendimento foi possível apontar locais em que existiam as antigas estradas, trilhas desativadas e edificações destruídas” (OLIVEIRA, 2016, p. 53), assim como identificar construções que não foram representadas nas plantas históricas, possibilitando utilizar as interpretações como marcadores temporais para compreender diversos contextos da área. Essa sobreposição e identificação de estruturas pode ser visualizada na figura 2.

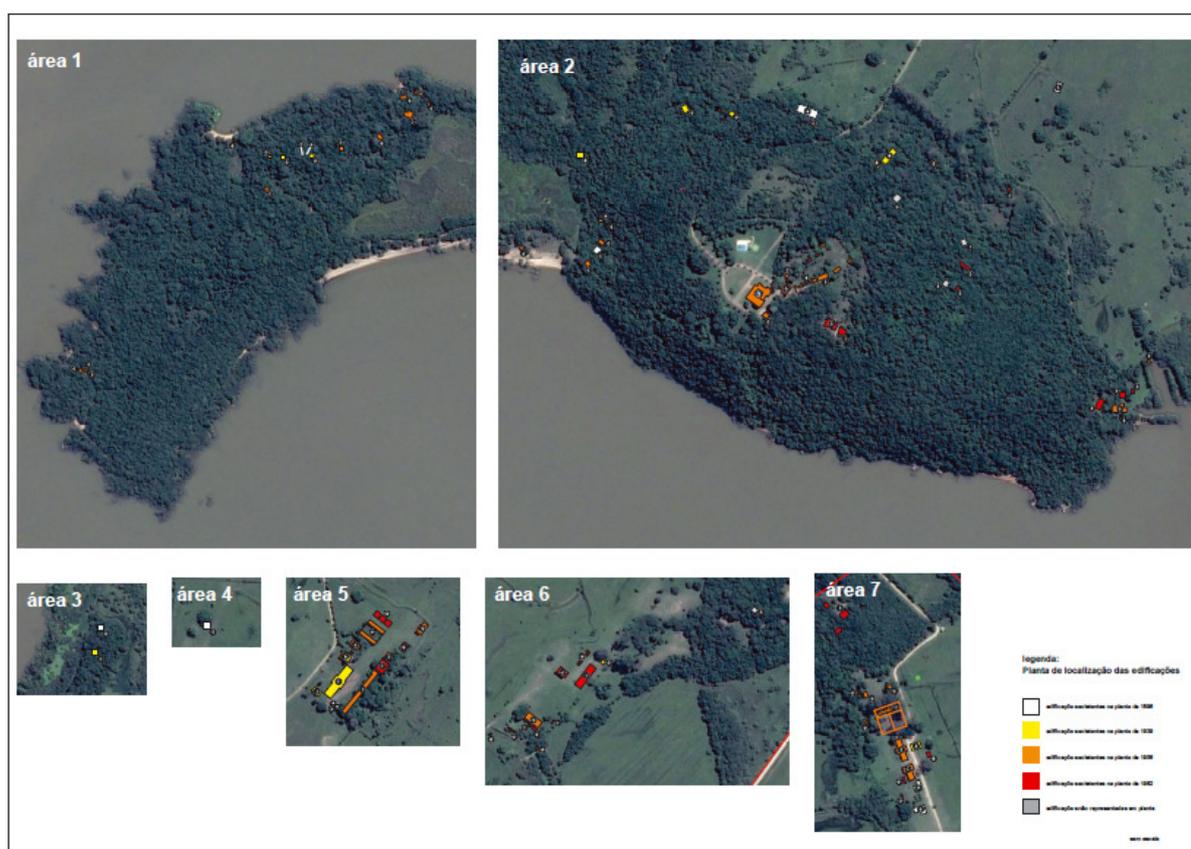


Figura 2 - Mapa de localização de estruturas arquitetônicas do Sítio RS.JA-16. **Fonte:** Oliveira, 2016.

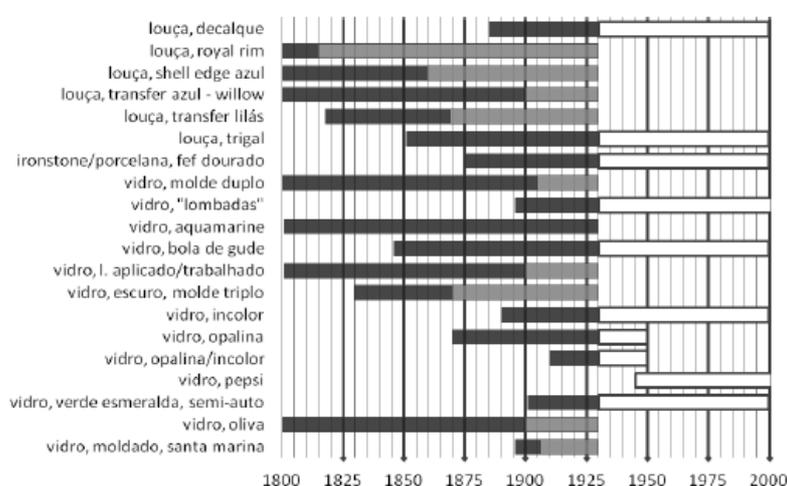
Cada uma das cores marcadas na legenda identifica as edificações representadas em uma das quatro plantas citadas, e a última caixa (em cinza) aponta as que não foram apresentadas nas plantas, mas localizadas durante as intervenções em campo.

Além da pesquisa baseada em fontes históricas, a análise e interpretação do material com ênfase nos marcadores cronológicos propiciou no RS.JA-71 a identificação e

organização de seus distintos contextos: a transformação de um espaço de lazer da classe alta porto-alegrense em área residencial para a classe média e, posteriormente, a instalação da primeira fábrica de refrigerantes da Pepsi no país (OLIVEIRA, 2013).

O gráfico 1 possibilita a visualização dos tipos de materiais encontrados e o estudo interpretativo realizado a partir das relações temporais com datas de fabricação e uso dos utensílios, aproximando-os do contexto arqueológico anterior ao da instalação da fábrica de refrigerantes e da urbanização do bairro Menino Deus.

Gráfico 1 – Marcadores cronológicos relacionados ao contexto Casa do Comendador Azevedo. Em cinza escuro, moda; em cinza claro, margem de erro



Fonte: Oliveira, 2013.

Nas pesquisas realizadas nos demais sítios arqueológicos, a ausência parcial ou total de documentação arqueológica inviabilizou a preservação do patrimônio arqueológico e, conseqüentemente, a sua gestão, uma vez que o patrimônio é composto tanto pelo “material coletado” quanto pelos “registros [...] associados” aos sítios (SULLIVAN; CHILDS, 2003, p. 2).

Além disso, a gestão do patrimônio parece ter sido uma prática direcionada para o registro numérico sobre o quantitativo de objetos e a comprovação visual do trabalho realizado por meio de fotos, estrutura elaborada para atender o projeto do empreendedor e não a preservação e o gerenciamento das coleções arqueológicas. Reconhecendo esse panorama, Pellini (2011, p. 13) admite que

construir um conhecimento sobre o passado [...] [é] algo mais que apenas abrir sondagens, desenhar perfis estratigráficos e produzir intermináveis listas de material arqueológico. Creio que construir

conhecimento sobre o passado seja algo mais que cumprir a legislação em vigor, que embora se pretenda protetora do patrimônio arqueológico permite sua destruição na medida em que favorece a mecanização da prática arqueológica.

Essa mecanização traz como principal consequência a repetição irreflexiva de registros informativos sobre as coleções arqueológicas, como se o objetivo fosse realizar uma transposição da mais famosa cena de Charlie Chaplin em seu filme *Tempos Modernos* para o trabalho de gestão do patrimônio arqueológico.

Considerações finais

A análise da documentação do patrimônio arqueológico realizada nas coleções depositadas no Museu Joaquim Felizardo advindas dos trabalhos de Arqueologia Preventiva no período de 2008 a 2017 mostraram que as lacunas que podem dificultar a gestão desse patrimônio estão diretamente relacionadas aos cronogramas e orçamentos curtos que as empreiteiras muitas vezes impõem ao trabalho de pesquisa arqueológica. Em virtude disso, não se estabelecem objetivos específicos, deixa-se de realizar o registro detalhado da pesquisa de campo enquanto contexto ocupacional e despercebe-se o papel da própria pesquisa arqueológica para o trabalho contínuo e infundável da gestão de coleções.

Também foi possível verificar que as pesquisas desenvolvidas em três sítios arqueológicos, RS-10, RS-16 e RS-71, realizaram registros mais completos, uma vez que identificaram espaços arqueológicos utilizando também dados históricos como mapas, plantas, registros de imóveis, inclusive história oral, assim como registraram minuciosamente os processos interventivos de campo, tanto em sentido horizontal (quadrículas e setores) quanto vertical (perfis estratigráficos), além de terem estabelecido uma interpretação mais completa do contexto arqueológico, utilizando recursos como os marcadores cronológicos.

Como resultado prévio, a presença de investigação preliminar em aspectos históricos, geológicos e arqueológicos sobre a área onde são desenvolvidas as pesquisas arqueológicas ampara as decisões realizadas durante o processo de intervenção, assim como o exame e a compreensão dos dados coletados.

Dessa maneira, constata-se que a realização de pesquisa anterior à intervenção arqueológica é essencial não apenas na detecção de potencial arqueológico, inclusive sítios arqueológicos, mas também na coleta e organização dos dados registrados na

documentação arqueológica que resultam em fonte de conhecimento na gestão do patrimônio.

Essas discussões demonstram a necessidade de os profissionais estabelecerem objetivos e metas próprios da pesquisa, não apenas para monitorar os empreendimentos, mas também para compreender o trabalho arqueológico como um contexto que deve ser incluído no processo de ocupação. Mais do que tudo, deve-se estar ciente de que o processo de gestão do patrimônio é contínuo e compreender que a pesquisa arqueológica e as atividades práticas a ela atreladas devem ser inseridas nesse gerenciamento.

Referências

- AFONSO, M. C.; PIEDADE, S. C. M.; MORAIS, J. L. Organização e gerenciamento do acervo arqueológico pré-histórico brasileiro no MAE/USP: o projeto CAB. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, São Paulo, n. 9, p. 223-238, 1999.
- BALLARDO, L. O. M.; MILDNER, S. E. S. Gestão de sítios arqueológicos através da documentação museológica do acervo. *Cadernos de Memória e Patrimônio: revista do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da UFPel*, Pelotas, v. 1, n. 0, p. 9-20, 1. sem. 2016.
- BALME J.; PATERSON, A. (ed.). *Archaeology in Practice: A Student Guide to Archaeological Analyses*. BlackwellPublishing, Australia, 2006.
- BANDEIRA, A. M. As Coleções Arqueológicas da Casa da Memória, do Instituto do Ecomuseu do Sítio do Físico, São Luís, Maranhão: curadoria e documentação. In: SEMINÁRIO PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, 4., 2016, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: MAST, 2016. p. 358-388.
- BISONHIM, K. *Programa de Salvamento Arqueológico MelnickEven Opala, Município de Porto Alegre/RS*. Porto Alegre: s.n., 2016. 584 p. (Relatório técnico final).
- BLACK, S. L.; JOLLY, K. *Archaeology by design*. WalnutCreek: Altamira, 2003.
- BOTTALLO, M. As coleções de Arqueologia Pré-Colonial Brasileira do MAE/USP: um exercício de documentação Museológica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 8, p. 257-268, 1998.
- BRASIL. Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 jul. 1961.
- BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. Portaria nº 07, de 01 de dezembro de 1988. Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos previstas na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. *Diário Oficial da União*, Brasília, 15 dez. 1988.
- CALDARELLI, S. B.; CÂNDIDO, M. M. D. Desafios da Arqueologia Preventiva: como gerir e socializar o imenso volume de materiais e documentos por ela produzidos? *Revista Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2, p. 186-214, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322966987_Desafios_da_Arqueologia_Preventi

va como gerir e socializar o imenso volume de materiais e documentos por ela produzidos. Acesso em: 10 dez. 2018.

CAPPELLETTI, A. M. *Monitoramento arqueológico nas obras de implantação de rede de drenagem pluvial e escavação para área de estacionamento no terreno da mitra da arquidiocese de Porto Alegre, sede da cúria metropolitana – RS*. Porto Alegre: s.n., 2013. 101 p. (Relatório Técnico).

CAPPELLETTI, A. M. *Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação do interceptor Arroio do Salso*, Porto Alegre: s.n., 2011. 140 p. (Sondagens e Monitoramento – Vol. 1).

CAPPELLETTI, A. M. *Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação do interceptor Arroio do Salso*, Porto Alegre: s.n., 2012. 75 p. (Relatório de Pesquisa – Vol. 2).

COSTA, C. A. S. Proposta de instrumento documental museológico complementar para as coleções arqueológicas do MAE-UFBA. *Revista eletrônica Jovem Museologia: Estudos sobre museus, Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 4-23, 2007.

DÍAZ, B. M.; FERNÁNDEZ, M. A. Q. Arqueología preventiva. Gestión del patrimonio arqueológico. In: CASTILLO, J. A. Q. (Coord.) *La materialidad de la historia: la arqueología en los inicios del siglo XXI*. Madrid: Ed. Akal, 2013. p. 143-175.

DREWETT, P. *Field archaeology: an introduction*. London: University College London, 1999.

EDGEWORTH, M. *Acts of Discovery: an Ethnography of Archaeological Practice*. Oxford: Archaeopress, 2003 (BAR International Series 1131).

FUNARI, P. P. A. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2006. 125 p.

ICOMOS. Carta de Lausanne, Carta para a proteção e gestão do património arqueológico, 1990. *Cadernos de SocioMuseologia*, Lisboa, v. 15, n. 15, jun. 2009. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosocioMuseologia/article/view/344>. Acesso em: 27 jul. 2018.

LADKIN, N. Gestão do Acervo. In: *Como Gerir um Museu: Manual Prático*. França : ICOM, 2004. p. 17-32.

LIMA, T. A.(org.). Patrimônio Arqueológico: o desafio da Preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, nº 33, 2007.

OLIVEIRA, A. T. D. *Diagnóstico Arqueológico Interventivo para o terreno do antigo Haras do Arado, Belém Novo, Município de Porto Alegre / RS*. Porto Alegre: s.n., 2016. 249 p. (Relatório técnico).

OLIVEIRA, A. T. D. *Pesquisa Arqueológica junto à obra de Ampliação do Shopping Praia de Belas – Etapa Prospecção, Bairro Menino Deus – Município de Porto Alegre / RS*. Porto Alegre: s.n., 2009. 48 p. (Relatório de pesquisa).

OLIVEIRA, A. T. D. *Salvamento Arqueológico para Duplicação das Avenidas João Goulart e Loureiro da Silva, Município de Porto Alegre/RS*. Porto Alegre: s.n., 2014. 99 p. (Relatório técnico).

OLIVEIRA, A. T. D.; MEIRELLES, P. V. M. *Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Levantamento Arqueológico Intensivo para instalação do empreendimento Melnick Even Opala, Município de Porto Alegre/RS*. Porto Alegre: s.n., 2013. 151 p. (Relatório de pesquisa).

PELLINI, J. R. Nem melhor nem pior: apenas uma escavação diferente. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 21, p. 3-15, 2011.

SULLIVAN, L. P.; CHILDS, S. T. *Curating archaeological collections: from the field to the repository*. Archaeologist's Toolkit 6. Lanham: Rowman Altamira, 2003.

TOCCHETTO, F. B.; OLIVEIRA, A. T. D. *Plano de trabalho para Monitoramento Arqueológico junto à obra de instalação da Linha de Transmissão Subterrânea 230 KV, nas Praças Júlio Mesquita e Brigadeiro Sampaio – Município de Porto Alegre/RS*. Porto Alegre: s.n., 2012. 206 p. (Plano de trabalho).

TOCCHETTO, F. B. *Pesquisa arqueológica e valorização do patrimônio material pré-histórico e histórico do município de Porto Alegre – RS*. Porto Alegre: s.n., 2008. 42 p. (Relatório técnico).

ZANNI, S.; LUČIĆ, B.; ROSA, A. de. From the Sky to the Ground: a Spatial Approach to Mapping Roman Roads in the Srem Region (Serbia). *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CULTURAL HERITAGE AND NEW TECHNOLOGIES, 22., 2017, Viena. Proceedings [...]* Viena: CHNT, 2019. 18 p.